

Sistema de governo tem de ser definido até terça

por Andrew Greenlees
de Brasília

Terminou ontem o prazo para que a Comissão de Sistematização da Constituinte votasse o Título III — Organização do Estado — do projeto apresentado pelo relator Bernardo Cabral. A partir de hoje, os parlamentares entram na parte de organização dos poderes e sistema de governo, com prazo de votação até a próxima terça-feira.

A movimentação de presidencialistas e parlamentaristas indicava ontem que o sistema de governo propriamente dito deverá ser analisado no sábado ou mesmo na terça-feira. Ambos os grupos permanecem em negociações internas para chegarem às suas propostas definitivas, além de procurarem atrair votos de última hora. Uma reunião de líderes partidários, marcada para ontem à noite definiria a ordem de apreciação dos capítulos. No projeto de Cabral, o Poder Legislativo vem antes do Executivo, onde se decidirá entre os dois sistemas.

A comissão aprovou durante a sessão de ontem algumas modificações no capítulo do funcionalismo público. Por 69 votos a 16, aceitou-se a emenda do deputado Mendes Thame (PFL-SP) determinando que servidores aposentados terão direito aos mesmos benefícios que recebem os funcionários da ativa que ocuparem cargos equivalentes àqueles nos quais os beneficiados da emenda se aposentaram.

Foi mantida ainda a redação do projeto no que se refere à relação entre o menor e o maior salário da administração pública, direta ou indireta. De acordo com o poder a que pertencer o funcionário, o limite dos vencimentos será o valor que receberem congressistas, ministros do Supre-

mo Tribunal Federal (STF) ou ministros de Estado. O deputado Ademir Andrade (PMDB-PA) queria fixar em trinta vezes a relação máxima entre os salários, mas sua proposta foi derrotada por 59 votos a 14.

Emenda do deputado Gastone Righi, líder do PTB, aprovada por 82 votos a 8 estabelece vencimentos e vantagens iguais para ministros do STF, ministros de Estado, deputados federais e senadores. Outra emenda com grande aceitação foi a do deputado César Maia (PDT-RJ), determinando que a lei ordinária fixe a porcentagem de empregos públicos destinados a deficientes físicos, que deverão prestar concurso para a vaga. Foram 54 votos a zero.

Em outra seção — a das regiões — o deputado mineiro Virgílio Guimarães, do PT, conseguiu suprimir o dispositivo do projeto de Cabral que proibia as unidades da Federação de participarem de mais de uma região de desenvolvimento. Se fosse mantido, alegou o deputado, o texto inviabilizaria a participação de 43 municípios de Minas Gerais — estado do Sudeste — na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A proposta de Guimarães teve 75 votos contra 7.

Não houve quorum para votar a emenda do deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), estipulando prazo de quatro anos para a validade de concurso público. Mantido o texto, uma pessoa aprovada em concurso poderá assumir a vaga em qualquer período, desde que não exista possibilidade de colocação imediata. Segundo o projeto, são estáveis os funcionários aprovados em concurso público após dois anos de efetivo exercício.

As críticas de Simon às "minorias radicais"

por Inácio Barbosa Soares
de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, criticou ontem as propostas de inclusão no texto da nova Constituição Federal de assuntos que, no entender dele, devem ser regulamentados pela legislação ordinária. Citou entre esses assuntos a transformação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em instituição permanente e a jornada semanal de trabalho.

"Uma Constituição deve ser estática e permanente, com uma regra vertical que reúna condições que permitam à sociedade avançar na busca de seu caminho. Não pode representar um momento ocasional ou que atenda ao interesse de algum grupo em particular", afirmou. "Deve atender à média do conjunto da sociedade, cuidando das fases genéricas e básicas, para que tenha uma vida permanente, e deixando que a evolução social e econômica dite as normas."

Simon foi o palestrante

convidado da reunião-almoço organizada ontem pela diretoria da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) para comemorar os 60 anos da entidade. Em seu pronunciamento, criticou a falta de diálogo que diz estar observando no País, e atribuiu a "minorias radicais de um, e de outro lado, que insistem em ignorar a realidade, em busca de um confronto insurrecional". Para ele, "é estranho que, enquanto as Forças Armadas garantem seu respeito à Constituição, setores extremados rezem, torçam e façam força para criar um fato antinormalidade ou a derrocada das instituições".

Na opinião do governador gaúcho, são esses setores extremados que estão dificultando a convergência dos "grandes e permanentes interesses da sociedade" para o texto final da Constituição. Simon voltou a criticar ainda o presidente da República, por firmar posição quanto à duração de seu mandato e à forma de governo.